

Revista
1ª

EVOLUÇÃO

Ano II - nº 20 - Set./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573

IVETE IRENE DOS SANTOS

★19/09/1977 †27/09/2021



Muito obrigado, prô!



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano II - nº 20 de Setembro de 2021 - ISSN 2675-2573

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Thaís Thomas Bovo

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS)

Ana Paula Mariano da Silva
Delmira Moreira da Cruz
Djinane de Almeida Amorim
Elida Eunice da Silva
Gladys Aparecida da Silva
Jonatas Hericos Isidro de Lima
José Luís André António
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Maria Aparecida da Silva Rocha
Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina
Paulo Cordeiro Leite
Silvana Fátima Boni Morato
Vilma Maximiano Vieira
Wilder Dala Quinjango

A

São Paulo
2021

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Denise Mak

Patrícia Tanganelli Lara

Thais Thomas Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adelson Batista Lins

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Me. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Profa. Me. Ivete Irene dos Santos

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo

Profa. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanueelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Filiada à:



Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 20 (set. 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

114 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.19>

www.primeiraevolucao.com.br

ÍNDICE

05 APRESENTAÇÃO

Profa. Andréia Fernandes de Souza

07 HOMENAGEM Ivete Irene dos Santos

COLUNAS

12 A caminho da escola

Ivete Irene dos Santos

14 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

ARTIGOS

1. A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES Ana Paula Mariano da Silva	19
2. O VALOR DA LITERATURA INFANTIL Delmira Moreira da Cruz	23
3. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Djinane de Almeida Amorim	31
4. INCLUSÃO SOCIAL NAS ESCOLAS: A LEI E A REALIDADE EM SALA DE AULA Elida Eunice da Silva	39
5. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM Gladys Aparecida da Silva	49
6. EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: SEUS PRINCÍPIOS E VALORES Jonatas Hericos Isidro de Lima	53
7. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ESTUDANTES José Luís André Antónimo	59
8. ALGUMAS CONTRADIÇÕES HUMANAS Emily Reis Rodrigues, Isabella Silva Pedrosoe Prof. José Wilton dos Santos	63
9. CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS E A RELAÇÃO COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS Manuel Francisco Neto	71
10. AS APRENDIZAGENS E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Maria Aparecida da Silva Rocha	75
11. AS HISTÓRIAS INFANTIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina	81
12. A PROVISÃO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ANGOLANA: COMO AFETA O DIA A DIA DO PROFESSOR? Paulo Cordeiro Leite	85
13. A ARTE FACILITANDO A INCLUSÃO ESCOLAR Silvana de Fátima Boni Morato	89
14. A IMPORTÂNCIA DO "FEEDBACK" NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA Vílma Maximiano Vieira	97
15. A EDUCAÇÃO FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DE VALORES SOCIAIS: UMA REFLEXÃO NO BAIRRO CAOP-B-VIANA - LUANDA - ANGOLA Wilder Dala Quinjango	109



INCLUSÃO SOCIAL NAS ESCOLAS: A LEI E A REALIDADE EM SALA DE AULA

ELIDA EUNICE DA SILVA

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir o tema da inclusão escolar no Brasil, sobre a necessidade de uma escola mais democrática e humana onde todos serão aceitos e terão seus direitos respeitados, recebendo uma educação de qualidade que tenha como finalidade formar cidadãos, independentemente de suas diferenças. Para tanto, apresentamos as leis que garantem esses direitos e também um histórico da Educação Inclusiva no Brasil, percorrendo o caminho da total falta de atendimento dos portadores de deficiência, passando pelo Paradigma da Institucionalização, o Paradigma de Serviços até os dias atuais onde as políticas educacionais defendem a Inclusão, paradigma que defende a inserção do aluno no meio social independentemente de suas limitações. O maior objetivo é incentivar discussões e reflexões, sobre o que a lei garante e sobre o que realmente é oferecido nas escolas, já que esse é o ambiente mais favorável para a construção do processo educativo por meio dos diversos saberes disponibilizados por todos os envolvidos.

Palavras-chave: Acessibilidade. AEE. Aprendizagem. Atendimento educacional especializado. Acessibilidade. Integração.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um assunto que nos últimos tempos tem ganhado um espaço significativo para a construção de uma educação de qualidade. No entanto, a discussão sobre inclusão escolar implica a reflexão sobre políticas públicas educacionais, sobre os modelos até então construídos de educação e sobre os obstáculos e dificuldades que as instituições de ensino devem enfrentar para que de fato as escolas venham a ser um espaço para todos. Serão abordadas neste trabalho questões sobre a educação inclusiva, sobre a inclusão nas escolas.

Existem algumas metas a serem alcançadas, metas como universalizar o acesso à educação básica e educação especial no ensino regular, garantindo um sistema educacional inclusivo. A ideia de pensar sobre inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar foi porque presenciamos, no momento do estágio, algumas dificuldades e desafios para todos os envolvidos. Nossa intenção é colaborar para mais discussões e sermos mediadores da inclusão escolar. Apresentamos nesse trabalho um dos desafios históricos da inclusão, caminhos trilhados até hoje, enriquecidos com importantes citações de autores, além de trazer a importância das adaptações curriculares, sistemas de apoio, colaboração entre profissionais da educação especial e ensino regular. Tratamos ainda como os profissionais de todas as escolas devem ser preparados e ensinados a lidar com os desafios do dia a dia de uma escola inclusiva. A seguir apresentamos um levantamento das informações sobre os procedimentos da pesquisa, e do papel da escola e da sociedade diante da inclusão, finalizando com nossas considerações para que as instituições de ensino se tornem de fato uma escola para todos.

O interesse surgiu após a experiência em sala de aula durante o estágio no ensino fundamental e advém de uma indagação: qual a formação necessária aos professores para atender os alunos portadores de deficiências? Uma vez que os mesmos se dizem despreparados e não confortáveis com esses alunos em sala de aula.

Nosso objetivo maior é esclarecer a comunidade escolar a necessidade de transformação desse ambiente, que os profissionais da educação saibam utilizar as ferramentas disponíveis para tornar mais fácil o acesso ao conhecimento, que conheçam a rede de apoio, pois uma escola inclusiva não se faz sozinha, ela está inserida numa sociedade e tem que utilizar dos meios disponíveis para atender da melhor forma possível esse aluno. A escola necessita ser responsável pelo aprendizado de todos os alunos e não apenas de alguns, reconhecendo em todos o potencial de aprender aproveitando a convivência entre os diferentes como base para a sua ação pedagógica, entendendo que a partir dessa convivência cria-se o respeito, a empatia e a diversidade, tão necessários na nossa sociedade atual.

A proposta de inclusão escolar parte do princípio de que pessoas, com ou sem deficiência, sejam beneficiadas pelo compartilhamento do processo pedagógico inclusivo em que estão inseridos. Pode-se verificar que são diversos os obstáculos enfrentados na concretização das propostas de inclusão, passando por diversos níveis, desde a esfera governamental até no âmbito de cada indivíduo.

O ponto principal sobre a inclusão escolar está em como desenvolver no dia a dia das escolas uma postura efetiva com políticas e práticas inclusivas, onde existe uma lacuna imensa, principalmente pela falta de capacitação na área, recursos financeiros para custear cursos de especialização e adequação das instalações físicas e principalmente o preconceito das pessoas.

As instituições escolares devem conhecer todas as políticas públicas educacionais existentes, suas práticas e posturas, que devem ser adotadas e direcionadas a fim de desenvolver ações inclusivas efetivas. Realizar o diagnóstico do contexto em que a escola está inserida, conhecendo a realidade e o cotidiano, dimensionando e analisando seus aspectos à luz da legislação existente, das políticas a serem aplicadas, dos recursos humanos capacitados e dos materiais disponíveis ou que deverão ser criados.

Este estudo que fizemos, constitui-se em uma pesquisa da legislação vigente, aspectos de como uma escola inclusiva deve ser e outros assuntos pertinentes ao tema, que devem ser levados em consideração para abordarmos nossas considerações críticas sobre o assunto em questão.

ALGUNS TRECHOS DA HISTÓRIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os estudantes estarem juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação.

A partir das décadas de 1960 e 1970, há um movimento para tirar as pessoas com deficiência das instituições. A LDB n 4.024/61, artigo 61, estabelece que: "a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los à comunidade" (BRASIL, 1961). Esse texto reafirma o princípio da integração, presente no Paradigma de Serviços, disponível no Portal do MEC. Nesse caso, a pessoa com deficiência deve ser integrada ao sistema de ensino regular, e se não tiver condições de frequentar a sala regular, ela será atendida em salas especiais ou nas instituições, para ser preparada para frequentar a sala comum. Nesse caso o aluno tem que se adaptar à escola, e muitos nunca foram considerados aptos para frequentar uma sala regular, pois essas deficiências não se curam, o que continuou sendo uma forma de segregação.

As pessoas que possuíam qualquer tipo de deficiência não eram incluídas na rotina social, pois eram vistas também como um atraso para as demais pessoas e que causavam desconfortos nas diversas situações enfrentadas do dia a dia. A igreja por desempenhar um papel essencial de igualdade social, desenvolvia trabalhos em prol do respeito ao próximo já que todos eram considerados como "filhos" do mesmo deus.

Atualmente as políticas educacionais defendem o princípio da inclusão, no qual o aluno deve ser inserido no meio social independentemente de suas limitações. Nesse caso a sociedade é quem deve ajustar-se a eles, fornecendo suportes para que tenham acesso à vida em comunidade. Mas, novas ideologias foram surgindo o que acarretou novas pesquisas referentes a diversos temas sociais, inclusive relacionados às diversas deficiências. Muitos foram os interessados a investigar conceitos relacionados à deficiência física e mental, tendo como referência ícones da arte e ciências da época como Beethoven e Galileu Galilei. Segundo Mazzotta:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como 'imagem de Deus', ser perfeito, inculcavam a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo 'parecidos com Deus', os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTTA, 2005, p. 16)

De acordo com Aranha (2000), a concepção de igualdade requer que as pessoas diferentes sejam tratadas em condições apropriadas, de acordo com as suas particularidades específicas, portanto dando tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais. As relações das pessoas com necessidades educacionais especiais e a sociedade vem sofrendo mudanças relativas a conceitos, a valores, percepções e práticas prevaletentes, havendo assim mudanças nos paradigmas da educação especial.

O século XVI foi caracterizado por Mendes (2002) como o período em que a história da educação especial começou a ser escrita. A educação especial nasceu com médicos profissionais que desafiaram

o conceito do momento e acreditaram nas possibilidades educacionais de indivíduos até então vistos como impossíveis de educar.

A INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino que se dirige às pessoas com deficiência, ou seja, aquelas que têm algum tipo de dificuldades sensoriais (deficiências visuais e auditivas), motoras (deficiências físicas) e/ou mentais (deficiências ou altas habilidades). Incluir os educandos com necessidades educacionais, que têm condições de frequentar o ensino regular, implica lhes proporcionar acesso, permanência e sucesso escolar para que não fiquem fora da escola regular ou dentro dela segregados.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular não consiste na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem criação de espaços inclusivos bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais. A proposição dessas políticas deve centrar seu foco de discussão na função social da escola, que deve propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas. (BRASIL, 2001, p. 01)

A construção de uma nova sociedade é algo que pode ser feito a cada dia, em casa, no bairro e no trabalho pode-se buscar um relacionamento melhor e que ajude a interferir positivamente no ambiente e aprender a partir dos relacionamentos. A educação voltada para as crianças com algum tipo de deficiência passou por muitas mudanças no decorrer dos anos tanto no Brasil como no mundo, devido às concepções que evoluíram de acordo com diversos fatores culturais que foram transformados juntamente com o avanço da tecnologia e os ideais dos homens.

De maneira silenciosa, tais pessoas sempre existiram, mas não podiam se manifestar, pois não eram aceitas devido à deficiência. Com isso, para serem aceitas algumas lutas foram acontecendo com intuito de incluir tais pessoas nas atividades cotidianas juntamente com as demais, sem nenhum tipo de discriminação.

Bem diferente do passado, atualmente todas as pessoas possuem os mesmos direitos perante a lei independente da condição. Pensando na historicidade social, a forma discriminatória de exclusão de uma pessoa com deficiência ocorre desde a Antiguidade fazendo uma relação com possessões sobrenaturais, sendo então rejeitadas, desprezadas e abandonadas já que não eram vistas com nenhum tipo de valor perante a sociedade.

Até o século XIX, elas eram separadas do convívio das demais crianças, não podiam aparecer nas ruas, tendo o confinamento como missão. Sem nenhum tipo de respeito, eram tratadas como pessoas aprisionadas em locais que não tinham estrutura física nenhuma para suprir as necessidades delas.

Ao passar dos anos, na virada do século leis foram sendo criadas igualando os direitos delas com as demais pessoas na sociedade, porém a discriminação continuou por muito tempo.

Aproximadamente na década de 1960, os familiares das pessoas com deficiência passaram a se movimentar para lutar a favor da possibilidade de envolvimento delas no meio social. A partir disso, acaba sendo criada a Educação Especial no documento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Já a nova Constituição Federal do Brasil passa a garantir o atendimento nas escolas para as pessoas portadoras de deficiência nas salas comuns.

Anos mais tarde, os direitos passam a ter registros em mais leis como por através da Convenção na Guatemala ocorrida em 2001 com leis que garantem a inclusão das crianças sem nenhum tipo de distinção na educação pública de forma regular, proporcionando meios que contribuam para a eliminação de todo e qualquer tipo de ação discriminatória contra a criança portadora de deficiência.

As pessoas com deficiência têm o mesmo direito que qualquer cidadão ao acesso de bens e serviços públicos e algumas leis vieram para formalizar estes direitos que, na maioria das vezes e, cotidianamente são

negados, ainda não há efetividade no cumprimento destes, mas houve épocas em que eles não existiam. (NASCIMENTO, 2009, p.8)

Após a criação de amparos legais em relação à pessoa com deficiência, foram criados alguns institutos para garantir o atendimento de todos. Entre eles o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e dos surdos-mudos. Mesmo contando com a existência de uma APAE no sul do país, somente através da Sociedade Pestalozzi que se inicia o atendimento para pessoas diagnosticadas com algum tipo de deficiência mental.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a educação especial lida com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não tem sido ocupação do sistema de educação regular, porém têm entrado em pauta nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva. No Brasil a educação inclusiva assegura o acesso ao ensino regular a alunos com diferentes deficiências, e tem o objetivo de garantir a todos, direitos iguais quanto ao acesso, permanência e aprendizagem.

No processo de inclusão surge uma exigência de transformar a escola. Segundo Mendes (2002), para atender os alunos com necessidades educacionais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político, educacional e pedagógico.

Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, os educadores precisam olhar para as competências dos alunos e não apenas para suas limitações, de acordo com Alonso (2013). Os sistemas de apoio ajudam o professor na interação com o aluno e entre os próprios alunos, o professor deve pertencer a uma rede de apoio e sentir-se ajudado por toda a equipe escolar, e profissional da educação especial, valorizando suas competências pedagógicas.

O ensino colaborativo envolve a todos ao caminho da inclusão, a parceria dos profissionais possibilita um melhor processo de ensino-aprendizagem e uma educação voltada realmente para a inclusão, a colaboração entre profissionais da educação especial (fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, educador físico, psicólogo, professor de educação especial, entre outros) e profissionais do ensino regular, pode ser uma alternativa para enfrentar os desafios da educação inclusiva. É preciso também, atualização profissional: espaços de discussão em que se valorize a observação, análise e reflexão crítica sobre a própria prática, com a participação de toda equipe escolar. No projeto político pedagógico é preciso que exista um planejamento para a educação especial, pensado por todos da educação junto à família, para que as potencialidades desses alunos sejam trabalhadas. A proposta curricular inclusiva deve ser flexível e se adaptar às necessidades do aluno, tendo ele também acesso a esse currículo.

Na inclusão, a diferenciação curricular que se procura é aquela na qual não se separam os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças, em suma, uma diferenciação na classe assumida como grupo heterogêneo (Rodrigues, 2003).

A escola será inclusiva quando atender com equidade às necessidades educacionais de todos os estudantes, fazendo com que todos possam desenvolver a aprendizagem e respeitar a diversidade.

Atualmente muitos indivíduos foram excluídos da sociedade devido às suas condições, sejam elas econômicas, raciais, físicas, culturais ou intelectuais, e a inclusão escolar tem o objetivo de fornecer a mesma oportunidade para todos, sendo assim desenvolvendo uma sociedade democrática em que exista respeito à diversidade e direito de exercer cidadania. Entende-se que a inclusão "reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade." (Aranha, 2000, p. 2).

A integração entre as crianças no ponto de vista pedagógico é vantajosa por existir interação, e assim ocorrer um desenvolvimento conjunto. No entanto, pode ocorrer uma imensa dificuldade de adequação das escolas, em integrarem as crianças com necessidades educativas especiais pela necessidade de criar condições adequadas para essas crianças. A educação especial tem que lidar com métodos de ensino e aprendizagem diferentes do comum nos ensinos regulares. É necessário que o sistema regular de ensino se adapte para se tornar inclusive sendo preparado com materiais, equipamentos e professores especializados e abertos às novas experimentações

Diante da diversidade em salas de aulas regulares notou-se a necessidade de adaptações no currículo escolar. Para Heredero (2010), uma educação inclusiva exige "mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, etc. com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos." (HEREDERO 2010, p. 197). Um currículo mais adequado às reais necessidades dos alunos, pode contribuir para atender às necessidades específicas dos alunos

[...] permite-nos delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação. (VIGOTSKI, 2010, p. 113)

As escolas devem ser espaços vivos, de acolhimento e de formação para todos os envolvidos, sendo ambientes educacionais absolutamente inclusivos. A inclusão origina-se de sistemas educativos que não possuem diferenciação entre regular e especiais, pois ambas devem receber alunos com suas individualidades, com capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais.

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DO PAPEL DO PROFESSOR

Pensando nessa perspectiva a pesquisa de Mantoan (2006) traz subsídios para nossa discussão. As escolas devem ser espaços vivos, de acolhimento e de formação para todos os envolvidos, sendo ambientes educacionais absolutamente inclusivos. A inclusão origina-se de sistemas educativos que não possuem diferenciação entre regular e especial, pois as duas devem receber alunos com suas características individuais, com capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais.

Segundo a autora, nas redes de ensino público e particular que já adotaram a inclusão escolar, as mudanças podem ser vistas sob três ângulos: os desafios oriundos dessa inovação, o das ações para efetivá-las nas turmas escolares, incluindo a formação de professores e o do leque de oportunidades que se abrem à educação escolar, quando da implementação de projetos inclusivos. A inclusão é uma modernidade que requer um esforço de inovação e reestruturação das condições da maioria das escolas atuais, ao admitirem que as dificuldades dos alunos não são apenas deles, mas da maneira como o ensino é ministrado e do como a aprendizagem é elaborada e avaliada.

Apesar de muitos avanços, muitos são os desafios para garantir a qualidade da educação em nosso país, especialmente quando nos referimos às condições de trabalho e formação dos professores, agentes fundamentais para efetivar essas mudanças.

As mudanças educacionais pressupõem novas formas de planejar, de ensinar, de avaliar e de organizar o conhecimento. Só se efetivam ao serem concretizadas pelos professores. Nesse sentido, é impossível mudar a educação sem que se tome também como objeto de mudança o professor, sua identidade, as condições de trabalho, seus saberes e práticas profissionais.

Conhecer os profissionais da educação, suas condições de vida, os saberes que possuem, entender suas expectativas e motivações são os maiores interesses de inúmeros pesquisadores e estudiosos, que buscam contribuir para melhorar a educação voltada para todos e subsidiar o processo de formação continuada dos profissionais.

Uma das principais contribuições das pesquisas e dos trabalhos teóricos tem sido a ideia de que o professor é capaz de construir seu desenvolvimento profissional e produzir conhecimentos a partir de sua prática. Nessa perspectiva surge um professor reflexivo e que reelabora seus saberes iniciais a partir das experiências cotidianas e escolares.

Para além dos estereótipos e preconceitos, o professor deve ser entendido como um profissional reflexivo, que toma decisões, avalia, seleciona, cria formas de atuar e produz interações com os alunos. Seu fazer exige capacidade de ação e reação às situações complexas que se operam nos contextos escolares. Pressupõe autonomia e liberdade para identificar problemas e imprevistos, julgar e solucionar caminhos.

Tanto a formação inicial como a continuada devem abarcar aprendizagens que permitam ao professor o desenvolvimento profissional em prol de uma atuação efetiva visando a qualidade na educação pela produção de saberes e a tomada de consciência sobre as práticas educativas.

Conhecer sua identidade e as necessidades formativas que possui também é uma ação que diz respeito ao próprio professor. Desse modo, torna para si a construção de sua identidade profissional. Contrapõem-se a estereótipos e a preconceitos que não correspondem à realidade educacional que enfrenta. Pode, com isso, gerir seu processo de formação de maneira coerente com as necessidades de aprendizagem que possui, com vistas ao fortalecimento do ofício que exerce.

Hoje a profissão de professor sofre profundas transformações sob o efeito conjugado de múltiplos fatores. Entre estes temos que considerar, de um lado, o crescimento do número de alunos e sua heterogeneidade pela diversidade encontrada em sala de aula, a demanda pela população de uma certa qualidade de escolarização, o impacto de novas formas metodológicas de tratar os conhecimentos e o

ensino, e de outro, a ausência de priorização político-econômica concreta da educação e as estruturas hierárquicas e burocráticas, no mais das vezes, centralizadoras e inoperantes em seus diferentes níveis. E é desse trabalho que a sociedade em geral realimenta-se no ato de garantir a transmissão e a continuidade da experiência humana, pela comunicação, manutenção ou criação e recriação dos saberes selecionados numa dada tradição.

O trabalho dos professores é central quando se pensa em qualidade do ensino, e se as políticas educacionais não se nortearem por este eixo, com certeza estarão mais fadadas ao fracasso do que ao sucesso. Justamente para se ter uma compreensão melhor sobre os aspectos desse trabalho e da pessoa do professor que o exerce, para se obter um perfil dos educadores em suas condições sociais, condições de trabalho, de formação de cultura, suas próprias opiniões – as quais orientam atitudes diante do ensino – é que esse tema foi escolhido.

Cabe observar a importância que os professores atribuem ao preparo para lidar com a comunidade, ênfase que talvez apareça pelo desenvolvimento de maior reivindicação dos pais e das lideranças comunitárias em relação à escolarização de seus filhos e ao estímulo, em alguns períodos, à participação dos pais em Conselhos de escola.

Os problemas que são apontados na sua formação também aparecem quando são instados a propor temas para cursos que consideravam como os mais úteis em sala de aula. Com isso, reflete-se na avaliação do que fazem em relação às facilidades ou limitações encontradas em suas tentativas de mudar alguma coisa em sua prática, quando colocam fatores mais relevantes, de um lado as próprias condições de trabalho a que estão submetidos e, de outro, os seus conhecimentos pessoais. Como se vê, trazem parte do problema ou do sucesso para uma condição associada à sua formação específica.

Pode-se inferir que o clima profissional dos professores não parece ser dos mais alentadores, pois embora encontrem gratificação no trabalho em sala de aula e nas relações afetivas, estes nem sempre representam condição suficiente, pelas respostas assinaladas adicionalmente, os baixos salários, a ausência de condições de trabalho e oportunidades de atualização e as exigências extraclasse não contribuem em nada para um clima motivador para o trabalho e, portanto, para a superação das dificuldades que se apresentam.

A não realização não se vincula, pois, as questões ligadas diretamente às atividades como profissional da escola, mas à remuneração e situação social. A relação da remuneração com o desempenho profissional, embora não linear, é questão que merece exame para além das precondições que vêm sendo exaradas, uma vez que ela se associa a aspectos de autoestima e valor social tendo, com isso, impacto direto no perfil do profissional e em suas condições básicas para atuar eficazmente.

Todavia é preciso apontar que o segundo motivo, em termos de frequência, para não realização das expectativas dos docentes é o “desinteresse dos alunos”. Embora saibamos que as crianças de fato muitas vezes manifestam falta de motivação, desinteresse e apatia, é preciso considerar que essas manifestações em geral são respostas às condições que lhes são oferecidas no próprio ambiente escolar e à forma como se lida com elas. Criar ambientes estimulantes e adequados para a aprendizagem é uma das funções dos professores. As deficiências apontadas na própria formação talvez se relacionem com a alta frequência de demandas dos docentes para melhor compreender os aspectos psicológicos das crianças e para se habilitar na elaboração de materiais didáticos. Assim é que boa proporção dos professores levanta que na prática é difícil realizar as propostas teóricas: sendo a aprendizagem e o ensino um processo, não tendo as escolas condições favoráveis que vão desde a ausência de trocas e apoios mútuos até a falta de materiais de ensino, a realização daquilo que se propõem a fazer se torna muito difícil.

O educador deve ouvir, refletir e interagir com seus alunos. É imprescindível identificar as necessidades e as etapas do desenvolvimento de cada grupo. É fundamental entender suas condições de vida e o meio em que vivem. Conhecer a realidade do professor implica reconhecer os elementos que compõem seu modo de ser, de estar, de agir e sentir o mundo.

Definir as particularidades e habilidades necessárias para o trabalho docente é sempre uma tarefa árdua e complexa. O objeto de trabalho é a relação ensino-aprendizagem. Nossa preocupação se encontra na qualidade da relação entre esses dois polos complexos que constituem a educação. Mas, de nada adianta o professor não compreender seu aluno de forma particular.

É imprescindível estabelecer um clima de confiança, estar presente e em permanente troca com as crianças, perceber o modo como as relações se estabelecem e como são construídas. Os alunos necessitam de firmeza e da clareza do professor. A comunicação deve ser transparente e respeitosa.

Com isso, o professor deve estabelecer um contrato que evidencie os limites de cada parte. O professor necessita conhecer seus limites, suas dificuldades e funções, estando sempre comprometido com o trabalho docente.

Nos primeiros anos escolares, a oposição entre o adulto e a criança aparece, muitas vezes, quando o professor busca ensinar novos padrões de comportamento. Nessa faixa etária as crianças lutam pela sua independência. No entanto, necessitam de que os professores deem apoio e controlem seu aprendizado de forma segura, mas também maleável. As crianças ficam mais seguras em ambientes organizados, onde a rotina deve ser conhecida e variar de acordo com as necessidades dos alunos. Com frequência, eles testam os limites apresentados pelo professor. Por isso, conhecimento, tranquilidade e capacidade de negociação são fundamentais. Segurança, apoio afetivo e poder de decisão são imprescindíveis para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento.

A aprendizagem nessas circunstâncias é acentuada, ora destacando o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos. Em suas práticas e métodos pedagógicos predomina a experimentação, a criação, a descoberta e a coautoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas possibilidades. (MANTOAN, 2002, p. 66)

A busca da autonomia está centrada na compreensão do mundo que a cerca, e as relações com outras crianças e gestão do tempo e espaço precisam ser regradas. Com isso, elas conseguem aprender a dialogar e conviver, respeitando a diversidade em que está inserida, a expressão cultural e as diferenças de ritmos para assimilar o conhecimento. Cabe ao professor construir esse conhecimento de forma transversal e interdisciplinar por meio de saberes extraescolares que se fundem com o aprendizado escolar, dando sentido para a compreensão da realidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Com a criação da Constituição Federal no ano de 1988, os direitos sociais se tornaram como um estatuto jurídico para o Brasil, com princípios descentralizadores para o desenvolvimento de ações inclusive no âmbito educacional. Desde os anos 1990 o governo tem implementado ações diversas em prol da sistematização envolvendo a proteção social, passando por uma adequação em relação aos demais países no crescimento da economia.

Por volta dos últimos anos da década de 1990, aconteceu uma grande tensão no quadro social e econômico do país, pois de um lado se defendia as políticas sociais como o direito e qualidade da saúde e educação, enquanto por outro a restrição da economia tendo a necessidade da terceirização.

O Brasil acabou participando da Conferência Mundial sobre Educação para Todos nos anos 1990, adquirindo assim a responsabilidade da educação se tornar um direito para todos os cidadãos sem preconceitos e discriminação, tendo a garantia do atendimento das necessidades básicas de cada criança por meio dos conteúdos essenciais para sua aprendizagem.

É comum a sociedade exercer o papel de criar conceitos padronizados em relação às pessoas, ditando situações e características como normais ou anormais. Cabendo à escola o cuidado de não julgar num primeiro momento em que a criança passa a frequentar as aulas, tendo elas deficiência ou não. Devendo fazer uma averiguação de suas habilidades e competências para conseguir avançar no processo de aprendizagem.

O ambiente escolar precisa ser uma instituição que tenha capacidade de dar continuidade ao processo de aquisição de conhecimento a todos, respeitando a diversidade encontrada na sociedade, desenvolvendo de maneira correta as potencialidades, as crianças possuindo ou não necessidades específicas de aprendizagem.

Contudo, ao perceber alunos com dificuldades de evolução em sua aprendizagem, se tratando daqueles que possuem algum tipo de deficiência, o currículo proposto para a escola pode se tornar uma ferramenta de exclusão com ações que evidenciam a “diferença” entre as pessoas por meio da desigualdade, por meio de um estigma. Segundo Goffman:

Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e conceito, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito. (GOFFMAN, 1980, p.13)

Uma escola para todos, engloba as crianças com algum tipo de deficiência, tendo suas propostas voltadas para determinados elementos de forma específica, tendo transformações que aconteceram em diversos países sendo desencadeadas por meio de ações atualmente.

Nos anos 1980 notou-se que as escolas em sua maioria eram separadas da Educação Especial, o que fez com que a UNESCO concluísse que a formação de uma criança com deficiência não é completa por meio de sua frequência unicamente nos centros especializados. Com isso:

É necessário introduzir mudanças tanto nas escolas especiais como nas regulares [...] Há muitas indicações de que em um número elevado de países de todo o mundo a integração é um elemento central na organização da educação especial [...]. Esse projeto parece adequado para os países do Terceiro Mundo, dada a magnitude das necessidades e as inevitáveis limitações de recursos disponíveis. (AINSCOW, 1995, p. 18)

Os registros criados pela UNESCO se referem aos mesmos documentos que foram encontrados sobre a Educação Especial como a "Declaração de Salamanca" em 1994:

A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, indica que o alto custo das escolas especiais supõe, na prática, que só uma pequena minoria de alunos [...] se beneficia dessas instituições... [...] Em muitos países em desenvolvimento, calcula-se em menos de um por cento o número de atendimentos de alunos com necessidades educativas especiais. A experiência [...] indica que as escolas integradoras, destinadas a todas as crianças da comunidade, têm mais êxito na hora de obter o apoio da comunidade e de encontrar formas inovadoras e criativas de utilizar os limitados recursos disponíveis (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 24-25)

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 30)

A terminologia "Inclusão" está muito acima do ato de inserir algo ou alguém, sendo mais específico, de conduzir a criança portadora de alguma deficiência para dentro da escola. Mas necessita conduzir um envolvimento, uma participação efetiva em prol de uma aprendizagem significativa. Propor situações prazerosas faz parte desse processo para se desenvolver melhor dentro do processo educativo, tendo o respeito como principal fator como garantia de toda aprendizagem e permanência de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é uma possibilidade para a escola se modernizar e aperfeiçoar suas práticas educativas, mesmo que alguns professores ainda não se sintam confortáveis e preparados para receber crianças especiais em suas salas de aula. É também importante ressaltar que a maioria dos professores reconhece a necessidade de adaptação curricular e reformulação das práticas pedagógicas já que o ensino proposto não reconhece as especificidades de quem aprende. Há um descompromisso por parte do sistema educacional, tanto na parte pedagógica quanto de infraestrutura, pois não oferece suporte técnico aos profissionais e não providencia adequação do ambiente. Infelizmente, até hoje, algumas escolas ainda esperam que o aluno tenha que se adequar ao seu sistema, em vez de a escola instrumentar-se para o atendimento adequado desse educando.

A educação inclusiva vem sendo o alvo de inquietações e ainda constitui um sistema paralelo de instituições e serviços especializados que promovem o ensino adequado aos alunos com necessidades especiais, sendo a inclusão total desses alunos um ideal ainda utópico.

A inclusão escolar do aluno com necessidades especiais deve ser de forma bastante criteriosa e deve ser uma relação de reciprocidade com os outros alunos da escola. A escola deve ser um ambiente interessante e encorajador, para que todos que estejam incluídos nela tenham o prazer de estar lá. Os alunos com necessidades especiais devem aprender a usar e desenvolver as suas habilidades pela

interação com os professores e com os colegas, de forma assistida, participando de todas as atividades que são propostas na escola, com aulas de artes, teatro, educação física, e todas as obrigatórias no currículo escolar.

A escola será inclusiva quando atender com qualidade às necessidades educacionais de todos os estudantes, a proposta curricular inclusiva deve ser flexível, se adaptar às necessidades e ser acessível para o aluno.

Esse é ainda o início de uma longa caminhada a ser traçada na busca pela excelência na educação do Brasil. A educação inclusiva representa um novo rumo para a sociedade, vindo à cavalcadas com um novo paradigma para a educação, destruindo barreiras do preconceito e ascendendo uma cultura de democratização e valorização da vida humana e da igualdade de todos da sociedade em que vivemos.

Vale ressaltar que todas as partes envolvidas são responsáveis para que a educação inclusiva ocorra efetivamente, que seja de fato inserida na educação regular, como professores, pais, alunos, comunidade, corpo diretivo escolar e o governo, sendo todos instrumentos responsáveis por uma transformação social e que não exista mais diferença entre educação regular e educação inclusiva, havendo apenas educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSCOW, M. **Processo de inclusão é um processo de Aprendizado**. Portal do governo do estado de São Paulo. Entrevista concedida à Secretaria de Estado de Educação Especial, 1995.
- ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em 01 setembro 2021.
- ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação Especial: temas atuais**. São Paulo: Marília, 2000.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. CNE: Brasília, 2001.
- BRASIL, CNE. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.
- GOFFMAN, E. **Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. Brasil: Zahar Editores, 1980.
- HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum. Education*, v. 32, n. 2, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. Educação (PUC/RS), Porto Alegre, 2006.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NASCIMENTO, Márcia M. do; RAFFA, Ivete. **Inclusão Social: primeiros passos**. São Paulo: Giracor, 2009.
- RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias, in: David Rodrigues (Org.) **"Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade"**, Porto Editora, Porto, 2003.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizado em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



Elida Eunice da Silva

Licenciada em Pedagogia Plena pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN). Pós Graduada em Alfabetização e Letramento; Arte e Musicalidade; e Psicologia Escolar. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

EVOLUÇÃO

ISSN 2675-2573



PEDRO DA CONCEIÇÃO

...ssados, compreender o
...ver sua própria história

DESTAQUE
DIFICULDADES DO ENSINO

APOSENTADORIA DOS PROFESSORES E A REFORMA

Prof.ª Tatiana

www.primeiraevolucao.com.br



Muito obrigado, prô!



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Filiada à:



AUTORES(AS):

- Ana Paula Mariano da Silva
- Delmira Moreira da Cruz
- Djinane de Almeida Amorim
- Elida Eunice da Silva
- Gladys Aparecida da Silva
- Jonatas Hericos Isidro de Lima
- José Luís André António
- José Wilton dos Santos
- Manuel Francisco Neto
- Maria Aparecida da Silva Rocha
- Nádia Rúbia Oliveira Magalhães Pina
- Paulo Cordeiro Leite
- Silvana Fátima Boni Morato
- Vilma Maximiano Vieira
- Wilder Dala Quinjango

 <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.20>



Edições
Livro Alternativo

www.primeiraevolucao.com.br

